



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude -**  
**CAOPIJ**

**Ofício Circular nº 03/2020 – CAOPIJ**

**Recife, 23 de abril de 2020.**

**Prezados Promotores de Justiça,**

Pelo presente, em atenção ao contido na Recomendação Conjunta nº 01 (em anexo), expedida pelo CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, que dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências, inclusive a utilização de fluxos e procedimentos emergenciais, ex vi, do artigo 1º, inciso III, in verbis:

“Art. 1º Nas localidades impactadas pela pandemia, para assegurar a comunidade da oferta dos serviços de acolhimento, a prevenção da transmissibilidade do novo Coronavírus, Covid-19, e a proteção de crianças, adolescentes e profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, poderão ser adotadas as seguintes medidas e procedimentos emergenciais:

(...)

III – utilização, no período da pandemia, de fluxos e procedimentos emergenciais para a colocação segura, em residências de adotantes habilitados junto ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, de recém-nascidos entregues para adoção pela genitora nos termos do art. 19-A e 166, § 1º, do ECA, de modo a evitar o encaminhamento a serviços de acolhimento institucional, respeitando-se a ordem de habilitação dos pretendentes;”

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

sugere, aos Promotores de Justiça com atuação na defesa dos direitos da infância e juventude, as seguintes linhas de atuação:

1 – Averiguar junto às instituições de acolhimento voltadas para o público infantojuvenil da sua comarca a situação individual de cada acolhido;

2 – Averiguar se já foi proposta Ação de Destituição do Poder Familiar, esteja o acolhido na sua comarca ou em comarca diversa;

3 – Averiguar se já existe nos autos prova suficiente de falta de perspectiva de reinserção familiar (se entender pertinente atualização, solicitar informativo, atentando-se, outrossim, para o fato de que o próprio lapso temporal do acolhimento, sem visitação, já é um grande indicativo da citada falta de perspectiva); Em não existindo prova nos autos, solicitar, com urgência, histórico de reinserção familiar à instituição, pugnando que seja providenciada a juntada de relatório circunstanciado nesse sentido;

4 – Em constatada a ausência de perspectiva de reinserção na família de origem (natural e extensa), peticionar ao juízo pedindo a busca no CNA (Cadastro Nacional de Adoção) e, havendo interessados no perfil do acolhido, sugerir a guarda provisória, em observância às disposições contidas no artigo 4º, do Anexo I, da Resolução nº 289/2019, do Conselho Nacional de Justiça, e na Resolução Federal Conjunta nº 1, publicada no Diário Oficial da União de 17.04.2020, indicando o órgão responsável, em 10 (dez) dias, o pretendente da vez, no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/SNA, e colhendo a manifestação de interesse em exercer a guarda para fins de futura adoção, se for o caso, do respectivo acolhido;

5 - Nos casos das ações de adoção já formuladas pelo cadastro nacional, pugnar pelo imediato início do estágio de convivência, sem a necessidade de relatório presencial prévio, merecendo destacar ter sido facultada a realização remota do estudo interdisciplinar, nos termos da Instrução Normativa TJPE/Corregedoria Geral nº 07/2020.

Por fim, renovamos protestos de estima e permanecemos à disposição dos(as) colegas para esclarecimentos complementares que julgarem necessários.

Atenciosamente,

**Promotor de Justiça - Coordenador do CAOPIJ-MPPE**